

## O separatismo no Rio Grande do Sul

Caroline Kraus Luvizotto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LUVIZOTTO, CK. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p. ISBN 978-85-7983-008-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# 3

## O SEPARATISMO NO RIO GRANDE DO SUL

### **Federação versus confederação**

O termo federação remonta ao latim no qual o signo *foederis* transmite a ideia de união, pacto. Seu uso, no que se refere a atributo ou forma de Estado, só é possível a partir do exemplo norte-americano que, após a independência de suas treze colônias, originou o Estado federal no século XVIII.

Ao declararem-se independentes, as treze colônias se transformaram em treze estados livres e autônomos, regidos cada qual por suas próprias leis, podendo decidir, segundo seus próprios critérios, todos os assuntos de seu interesse e resolver os problemas com seus próprios meios. Isso só foi possível por causa da particularidade do regime de colonização de povoamento nas colônias do norte, do qual se originaram a estrutura de classes, a luta pela independência e o projeto de desenvolvimento, levando os norte-americanos à concepção de um sistema de organização de seu Estado nacional totalmente inovador e consonante com os anseios do liberalismo. Apesar de tudo isso, por questões de segurança e para melhor enfrentar os problemas comuns, uma união fazia-se necessária.

Segundo Molon (1994), a solução para essa questão foi apresentada por Benjamin Franklin em 1754, mas só ganhou força em 1781 quando os estados assinaram um tratado de união em forma de confederação: os Artigos de Confederação. Esses artigos não eliminaram a autonomia nem a soberania de cada estado, mas prescreviam a união perpétua entre eles, passando a designá-los Estados Unidos Reunidos em Congresso e, posteriormente, Estados Unidos da América. Todos se submeteram a uma Constituição Federal baseada na crença nos direitos naturais do indivíduo, no antiabsolutismo e na divisão entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Para compreender o ideal separatista presente no sul do Brasil, devem-se esclarecer as diferenças entre federação e confederação. Para Dallari (1986), a diferença básica reside nas bases jurídicas. Na confederação, os integrantes encontram-se associados por um tratado que guarda a soberania do estado participante, no qual continua respondendo por si próprio, delegando atribuições à União, só preservando os poderes que os Estados lhe conferiram. Na federação, os estados submetem-se a uma Constituição comum, restando-lhes de seus antigos poderes somente aqueles que a Carta lhes assegura.

Molon (1994) apresenta o autor Allyrio Wanderley como o teórico do separatismo no Brasil. Segundo Molon, Wanderley fundamenta o separatismo em seu livro *As bases do separatismo* (1935), resultado do momento que o País vivia na década de 1930, período que transmite ao autor a ideia de que a derrocada financeira, a instabilidade política e a inquietação social são sintomas de um único fenômeno: a morte do Brasil.

Para Wanderley (apud Molon, 1994), cada região brasileira se encontra em diferentes graus de desenvolvimento e situações geográficas, cabendo a cada uma necessidades e recursos distintos. Para melhor satisfazer suas necessidades, o ideal, segundo o autor, é estarem separadas, uma vez que juntas não há meios de fazê-lo, pelo fato de a União adotar me-

didadas homogêneas que se tornam inúteis em algumas regiões. Para o autor, romper com a unidade é um meio de acabar com o “aparelho central de desgoverno, parasita, sanguinolento e tentacular” que trava o desenvolvimento autônomo das regiões. Grande parte do discurso do Movimento Separatista Sulino atual se baseia nos conceitos de Allyrio Wanderley.

É bem verdade que, em toda a história, o povo brasileiro aparece como coadjuvante do processo, embora os atores envolvidos falassem em seu nome e afirmassem, a todo o momento, a legitimidade de suas campanhas, assentadas sobre a vontade popular. Foi assim em todos os movimentos separatistas do século XIX. No caso da Revolução Pernambucana (1817), da Revolução Farroupilha (1835), da Sabinada (1838), todos os agentes históricos insistem em afirmar que era a vontade do povo fazer valer sua autonomia, mas escondem a intenção de uma elite agrária que visava ao poder e ao controle de determinada região.

Outros exemplos de movimentos separatistas podem ser destacados. No mundo todo, várias frentes separatistas procuram emancipar suas regiões; muitas vezes, essa luta deixa de ser pacífica e passa a ser armada, violenta. Pode-se destacar o movimento separatista no norte da Itália, liderado pela Liga Norte. Na Bélgica, onde flamengos e valões procuram emancipar seus Estados. No México, onde Chiapas tornou-se palco das lutas zapatistas. No Brasil, pode-se afirmar que, em praticamente todos os estados, há um movimento separatista para formar um novo país ou para tornar uma dada região um novo Estado. Entre eles, pode-se destacar o movimento separatista de São Paulo, do Nordeste Independente, da Bahia Independente e o Movimento Separatista Sulino, que pretendem emancipar seus estados e criar um novo país. Também temos movimentos emancipacionistas em diversos bairros e distritos de grandes cidades para formar um novo município, apoiados pelo Fundo de Participação dos Municípios. Movimentos por

novos estados são encontrados em várias regiões do país, entre elas, na região do Triângulo Mineiro, no sul da Bahia, para formar o estado de Santa Cruz e na região de Itapeva (sul e sudeste de São Paulo), que pretende formar o estado de São Paulo do Sul.

## O Rio Grande do Sul e o Movimento Separatista Sulino contemporâneo

O Movimento Separatista Sulino contemporâneo teve origem no estado do Rio Grande do Sul, onde se encontra em estágio mais organizado. O movimento é definido como

Uma Instituição criada com a finalidade de elaborar estudos para avaliar as possibilidades de emancipação política e administrativa dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, desencadeando um amplo debate na região sobre o tema de sua autonomia em relação ao Brasil como nação, através da reforma do regime federalista, com a adoção do regime confederado. (“Manifesto do povo gaúcho” in [www.pampa.cjb.net](http://www.pampa.cjb.net))<sup>1</sup>

O objetivo explícito no documento é criar um novo país, a República Federal do Pampa.<sup>2</sup>

As lideranças do movimento alegam que a Região Sul do Brasil sempre esteve à margem das atenções do governo federal e que toda sua história foi construída de forma independente, enfatizando a Revolução Farroupilha, a Procla-

---

1 As informações extraídas do site oficial do Movimento Separatista Sulino contemporâneo foram registradas durante os anos de 1999 a 2003. O endereço atual do é <http://www.pampalivre.info>. Acesso em agosto de 2009.

2 A instituição está registrada na cidade de Laguna, no cartório de registros de pessoas jurídicas, sob o n° 363, folha 186 do livro A3, e inscrita no CGC do Ministério Federal sob o n° 80.961.337/0001-0.

mação da Independência da República Sul-rio-grandense, em 11 de setembro de 1836, pelo coronel Antônio de Souza Neto e a Revolução Federalista. Seus integrantes justificam que a Região Sul possui uma configuração cultural diferente dos demais estados brasileiros, uma tradição e costumes arraigados desde sua origem, uma produção significativa de alimentos e que, por isso, estão condenados a “carregar” os estados brasileiros mais pobres e que sofrem de discriminação política, econômica e fiscal por parte do governo federal.

Como se tentou demonstrar anteriormente, outras intenções e discursos dos separatistas mostram a existência de um pano de fundo que, a todo o momento, remete a questões econômicas, políticas e culturais, sempre ressaltando uma pretensa “relativa superioridade” dos habitantes da Região Sul do País. Percebe-se, em vários momentos desses discursos, a utilização de conceitos filonazistas, enfatizando o forte regionalismo e o sentimento de superioridade da “raça europeia”, por tratar-se de uma região colonizada principalmente por alemães e italianos, uma vez que, na Região Sul, segundo eles, a miscigenação com o negro e com o índio ocorreu em menor grau se comparado com o resto do Brasil. Para eles, o “Rio Grande do Sul não é e nunca foi Brasil. É uma outra nação”.<sup>3</sup>

É justamente pelo caráter histórico do Movimento Separatista Sulino que adota-se o termo “contemporâneo” como maneira de diferenciá-lo dos movimentos de autonomia do passado (Revolução Farroupilha (1835-1845) e Federalista (1893-1895)) e, principalmente, porque isso demonstra que a ideia de separação e independência não é uma novidade do século XX, fazendo parte da própria história do povo gaúcho, apesar de que, no passado, a ideia de emancipação esteja ligada a outro contexto e outras motivações.

---

3 Carta enviada à Organização das Nações Unidas (ONU), disponível no site do Movimento pela Independência do Pampa (MIP): <http://www.pampa.cjb.net>.

Diante das várias questões levantadas em todo País perante os movimentos separatistas de caráter regional ou estadual e principalmente o Movimento Separatista Sulino contemporâneo, torna-se significativamente necessário entender as causas da criação de movimentos como esse, que busca, por meio da emancipação dos estados da Região Sul, por exemplo, criar um novo país, cindindo assim o território brasileiro.

Ainda mais, no caso particular do Movimento Separatista Sulino contemporâneo, quando se considera que ele possui como seguidores pessoas de todas as origens, de todas as classes sociais e de vários pontos do Brasil – gaúchos que vivem em outros estados e simpatizantes da causa –, a necessidade de compreendê-lo torna-se evidente, principalmente diante dos sintomas claros de crise do atual “pacto federativo”, como aspecto da crise do Estado brasileiro.

Pretende-se demonstrar uma possibilidade do que foi o processo de criação do Movimento Separatista Sulino contemporâneo, interpretando os fatos históricos e construindo uma trajetória para esse movimento social, e como o conceito de identidade étnica interage nesse caso.

O Movimento Separatista Sulino contemporâneo começou a tomar forma em 1985, quando o gaúcho Irton Marx e outros separatistas escreveram o “Manifesto do Povo Gaúcho” em 7 de junho de 1985, na “República do Pampa”, como eles mesmos denominam o estado do Rio Grande do Sul. Irton Marx é um dos líderes do movimento e, em 1993, esteve em evidência nos veículos de comunicação nacionais, pelo fato de ter sido preso portando material de propaganda nazista.

O movimento possui pelo menos duas frentes de atuação, o Movimento pela Independência do Pampa (MIP), fundado em fevereiro de 1990, e o movimento O Sul é Meu País, que, em 17 de maio de 1992, se tornou uma instituição, registrada no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas sob

o número 363, fls. 186 do Livro A-3, e inscrita no CGC-MF sob o número 80.961.337/0001-02, com sede na cidade de Laguna, Santa Catarina. O objetivo dessa instituição é elaborar estudos para avaliar as possibilidades de emancipação política e administrativa dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com a reforma do regime federativo, adotando o regime confederado, rumo à reconstituição da antiga República Sul-rio-grandense, proclamada em 1836, durante a Revolução Farroupilha.

Ao perceberem que precisavam de apoio, os separatistas gaúchos resolveram buscar apoio nos vizinhos mais próximos, pois assim, acreditam, será mais fácil atingir seus objetivos, uma vez que alegam que Paraná e Santa Catarina sofrem da mesma discriminação por parte do governo federal que o Rio Grande do Sul. O movimento possui mais de 800 comissões municipais em cidades espalhadas pelos estados da Região Sul.

Os separatistas organizam assembleias periódicas em seus comitês e divulgam amplo material de divulgação sobre a emancipação: cartilhas, cartazes, adesivos e *site* na internet – <http://www.pampa.cjb.net> (acessado durante os anos de 1999-2003). O alvo da divulgação, além das assembleias, são organizações de bairro, CTG e comitês políticos. A imprensa local, principalmente as estações de rádios, divulga os eventos e as notícias do movimento e promove entrevistas com seus integrantes.

A identidade regional gaúcha é uma das mais fortes no Brasil. Para os separatistas, essa identidade foi construída com base em seu modelo de colonização incorporado à resistência dos farrapos. Eles reforçam sua identidade a partir da referência à fisiografia e à economia regionais, afirmando que sua história sempre foi negligenciada pelo resto do País. Não se pode deixar de mencionar o papel ideológico de formação, no imaginário coletivo, de uma ideia de Rio Grande do Sul forte, poderoso.



O objetivo deste estudo não foi o de enaltecer e tampouco desprezar esses ideais, mas oferecer ao leitor uma forma de compreendê-los. Para tanto, procura-se destacar os vários argumentos apresentados pelos separatistas para alcançar seus objetivos, refletindo a respeito da interação de processos nacionais com os processos regionais e verificando sua repercussão popular, o que será feito a seguir.

Os separatistas tentam criar um caráter de eternidade do movimento. Esse caráter aparece quando é mencionada a Revolução Farroupilha, em uma tentativa de convencer o interlocutor de que a emancipação é vontade geral e tem fundamentação histórica:

Com a Proclamação da Independência do Uruguai em 25 de Agosto de 1825, a Província Cisplatina é ferida, perdendo parte de seu território. Encabeçada pelo Cel. Bento Gonçalves da Silva, Honofre Pires e Domingos Crescêncio, entre outros heróis gaúchos, iniciou em 20 de Setembro de 1835, a Revolução Farroupilha, com a tomada do Palácio Piratini, e a expulsão do então Presidente Provincial Fernandes Braga. Como ato contínuo e consequência o Cel. Antônio de Souza Neto, em 11 de Setembro de 1836, proclama a Independência da República Sul-riograndense, no campo dos Meneses em Piratini, estabelecendo também ali a primeira capital do novo País. Até hoje a bandeira oficial do Rio Grande do Sul mantém em seu escudo central a inscrição REPÚBLICA SUL-RIO-GRANDENSE. Em 1845, dia 28 de fevereiro, o traidor Farroupilha David Canabarro assina o tratado de Armistício, a *Paz do Ponche Verde*. Este tratado contudo, não desfaz o ato da Proclamação da Independência do Rio Grande do Sul, ao contrário, o mantém intacto. (“Autodeterminação – motivos históricos” in <http://www.pampa.cjb.net>)

[...] O Rio Grande do Sul tem história para se manter no mesmo caminho do Uruguai, qual seja, da sua total e absoluta independência, aliás, independente já é, só se almeja restabelecer a antiga República Sul-riograndense... Nada Mais. O Povo será o protagonista deste episódio desde que não esteja aculturado: povo que não tem virtude, acaba por ser escravo. (idem)

No plano econômico, o discurso da emancipação enfatiza a importância da economia gaúcha, os investimentos de capital que os próprios gaúchos ali realizam, além dos excelentes indicadores sociais. Os separatistas apontam a drenagem de recursos que os demais estados brasileiros realizam no Rio Grande do Sul, apostando na emancipação como alternativa para que os recursos regionais permaneçam no estado, favorecendo o crescimento da República Federal do Pampa. Procuram destacar que o novo país não dependeria em nada do Brasil, uma vez que os recursos locais seriam suficientes para a implantação de uma nova máquina administrativa.

Os documentos produzidos pelo movimento esforçam-se em demonstrar o potencial agrícola regional, sua produção mineral, a pecuária, o potencial turístico e hidrelétrico e o baixo retorno da arrecadação de impostos não só no Rio Grande do Sul, mas nos demais estados da região em geral.

Outro motivo de grande descontentamento dos separatistas é em relação à representatividade no Congresso Nacional:

Ao longo de todos estes anos, o Rio Grande do Sul, outrora celeiro da produção de grãos, carnes, indústrias calçadistas, entre outras culturas, hoje perdeu poder de barganha. A proporcionalidade do voto, criminosamente desigual na representatividade do sufrágio universal, tem sido um dos álibis para desviar fortunas, de regiões extremamente produtivas, em favor de regiões servidas pelo cartelismo clientelista do Palácio do Planalto, aliciadas pela carriola de políticos investidos dos piores vícios contra seu próprio povo e sua gente. (idem)

[...] A situação não é nova, nas últimas décadas o Rio Grande do Sul teve uma evasão líquida de recursos que supera o que foi investido pelos americanos para reconstruir a Europa após a Segunda Guerra Mundial através do European Recovery Program (mais conhecido como Plano Marshall)... lá eles reconstruíram um continente, e aqui? o que os brasileiros fizeram com tanto dinheiro? (idem)

Do total de parlamentares em Brasília (Senadores e Deputados) 70% é composto por representantes de regiões brasileiras que produzem 30% do PIB brasileiro e 30% dos representantes políticos em Brasília são de regiões que produzem 70% do PIB. Cada Deputado do Sul/Sudeste representa 341.870 habitantes. No Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cada Deputado equivale a 240.078 habitantes. No Senado a desproporção na representatividade é maior ainda. No Sul e Sudeste a relação é um senador para cada 4.004.762 habitantes. No Norte/Nordeste/Centro-Oeste é de um senador para cada 1.028.833 habitantes. (idem)

Os separatistas alegam que a autonomia do sul do Brasil irá beneficiar a nação brasileira (os estados que continuarem a formar o Brasil), uma vez que irão perceber o conservadorismo e a corrupção que assola o País e terão de escolher novos representantes, podendo, assim, deixar de lado o paternalismo e o coronelismo:

Logo a inconstitucionalidade é vertente no Art. 14<sup>o</sup> da Constituição Federal do Brasil. Como exemplo: um deputado do Amapá representa 14.768 votos, um de São Paulo representa 308.350 votos e outro do RS representa 183.866 votos. Porém cada um deles tem o mesmo peso de um voto nas decisões da Câmara (Art.14 Const. Fed.). O mais impressionante é que esta situação não é nova, foi introduzida em 1934 e não foi mais substancialmente alterada. É um círculo de ferro, pois a decisão de mudar esse sistema depende dos votos da maioria que é justamente beneficiada por ele. Na distribuição de verbas o processo é mais gritante ainda. Por estas e outras tantas razões a região Sul, em especial o Rio Grande do Sul, através do processo plebiscitário buscará a sua separação ou afastamento do resto do Brasil, para o bem da Nação Brasileira. Só assim, o povo haverá de escolher os verdadeiros e dignos representantes da Nação Brasileira, escolhendo os que têm amor à Pátria e que não sejam estes apátridos que aí estão hoje emperrados no poder como ostras presas a um casco deteriorado ao fundo do mar. O Conservadorismo é o câncer brasileiro!! (idem)

Além dessas diferenciações políticas, históricas e econômicas, os separatistas tentaram se apropriar do que denominam cultura gaúcha com o intuito de diferenciar ainda mais o Rio Grande do Sul dos demais estados brasileiros:

O Folclore e tradicionalismo gaúcho, sem dúvida, estão entre os mais lindos. A arte, a poesia, o churrasco, o chimarrão, a bombacha, o comportamento social, a lida campeira... personalizam seu hábito e tradição que, de geração em geração, perpetuam suas raízes. Estamos muito mais próximos da cultura platina hispânica que brasileira. Em convívio entre Portugueses, Espanhóis, Alemães, Italianos, Nipônicos e nativos-crioulos, as culturas se adaptaram cada uma com as suas características e culto. (idem)

[...] Como em muitas outras regiões do mundo, e com o Mapa geopolítico dividido de forma arbitrária, povos e culturas lutam por justiça social. Dividiu-se territórios, esquecendo-se do mais elementar: A NAÇÃO (povo). (idem)

[...] A dívida externa nos sufoca o tempo todo. Nós, gaúchos, passamos vergonha ao encararmos os estrangeiros nas nossas ruas, que nos olham com desprezo, como sendo velhacos, incompetentes e ignorantes, sem o poder de ação, quando na verdade eles não sabem que o povo gaúcho nada tem a ver com os erros técnicos e as discrepâncias do governo do Brasil. (“Manifesto do povo gaúcho” in <http://www.pampa.cjb.net>)

[...] Temos a nossa própria e secular tradição, nossos próprios costumes. Pretendemos avançar no tempo, conservando nossos hábitos, mas buscando na ciência, na informática, na educação, na saúde, na habitação, nos investimentos da área agrícola, do trabalho, da tecnologia nos projetos espaciais e futurísticos, mais garantia e respeito para nossos filhos, para nossos netos e para a própria civilização gaúcha. (idem)

Durante sua trajetória, o Movimento Separatista Sulino contemporâneo esteve associado, por diversas vezes, ao nazismo, principalmente no início da década de 1990, quando o movimento alcançou ressonância nacional. Isso ocorreu porque diversos separatistas alegaram que os gaúchos e os sulistas de modo geral são superiores aos demais habitantes do País, uma vez que os estados do sul foram colonizados em primeiro plano por alemães e italianos, e, segundo eles, a miscigenação com os negros ocorreu em grau menor do que no resto do País.

Além disso, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, em 21 de fevereiro de 1993, o principal líder do movimento, Irton Marx, anunciou que a República Federal do Pampa, uma vez concretizada, fechará suas fronteiras à mão de obra não qualificada, e, em pouco tempo, o novo país se tornará o primeiro país desenvolvido da América Latina, contando com o apoio de empresários do Canadá e da África do Sul “diante da ameaça do domínio dos negros”. Segundo Irton Marx, como o Rio Grande do Sul está inserido em uma Federação, seu destino é ser comandado por “pessoas mais atrasadas”, fazendo referência à representatividade no Congresso Nacional. Para ele, o ideal é o Rio Grande do Sul se unir a seus semelhantes, Paraná e Santa Catarina, e constituir uma nova pátria. Quando perguntado se sabe falar alemão, por ser um descendente, de forma descontraída Marx respondeu: “Dá para dizer *heil Hitler*”. Irton Marx foi preso nesse mesmo ano portando material nazista e acusado de propagar a ideia nazista durante as assembleias separatistas.

No ano seguinte, Molon (1994) e Ruben George Oliven<sup>4</sup> entrevistaram Irton Marx. Entre as perguntas, Oliven questionou sobre sua relação com o nazismo, e Irton respondeu que era uma associação muito lógica, uma vez que ele, assim

---

4 Ruben George Oliven é antropólogo e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) de 2000 a 2002 e é especialista em identidade gaúcha.

como a maioria da população gaúcha, é descendente de alemães. Na verdade, acusou de existir no Brasil um racismo contra as pessoas de origem alemã e que, para desmoralizar o movimento separatista, os acusaram de racistas e, sem comentar a entrevista de 1993 para a *Folha de S. Paulo*, completou:

Se o Irton Marx fosse uma pessoa de origem portuguesa, espanhola, não haveria essa pressão. Agora, como ele é de origem germânica, de uma cidade germânica rica e organizada, as pessoas de imediato nos taxam como nazistas, quando, em nenhum momento, alguém do nosso movimento teceu considerações com referências étnicas, culturais ou religiosas. Agora, proibir que se fale em alemão, isso sim é que é racismo. (Molon, 1994, p.127)

Com base na leitura dos documentos do movimento separatista e dos questionários aplicados em pesquisa feita em 2003, pode-se entender que a ideia de *germanismo* parece apropriada a alguns discursos dos separatistas, em que a identidade étnica do gaúcho é diferenciada em relação aos demais brasileiros. A ideia de que o solo gaúcho, discriminado e explorado pelo governo brasileiro em toda sua história, só iria se libertar a partir de sua independência e autonomia nunca vem apartada do caráter étnico. Considerando que grande parte do estado do Rio Grande do Sul foi colonizada por alemães e que há notícias de que militantes do Movimento Separatista Sulino contemporâneo demonstram sua simpatia por princípios nazistas, é possível configurar a influência do *nazismo-germanismo* no movimento.

Em 2003, como parte da dissertação de mestrado em Ciências Sociais, realizou-se uma pesquisa de campo com o propósito de identificar qual era a repercussão do movimento separatista entre a população de algumas cidades. A pesquisa foi feita nas cidades gaúchas de Santa Rosa, Tucunduva, Ijuí, Porto Alegre e São Leopoldo. No total, escolheram-se, de forma aleatória, 850 pessoas, de várias origens, idade, classe social e de ambos os sexos.

O resultado da pesquisa apontou o seguinte: 86% dos entrevistados conheciam o movimento separatista e 46% se manifestaram a favor da emancipação dos estados do sul. Entre os entrevistados favoráveis à separação, 32% acreditavam que são motivos políticos que impulsionam a vontade de separação. O segundo maior motivo para a separação é o de ordem cultural, com 29% dos votos. O terceiro motivo alegado pelos entrevistados são os fatores históricos, com 21% dos votos. Entre aqueles que não eram favoráveis à separação (54%), o principal motivo para os estados do sul continuarem integrados ao Brasil se concentrava na afirmação de que, para haver a separação, seria necessária uma guerra armada, com 38% dos votos.

Outras pesquisas feitas para compreender a repercussão do movimento no sul do Brasil podem ser mencionadas. Segundo dados do movimento separatista, em 1985 mais de 9 milhões de habitantes do Rio Grande do Sul eram favoráveis à emancipação:<sup>5</sup>

Somos mais de 9 milhões de seres humanos nas mãos dos brasileiros, por causa da nossa anexação ao seu território. Somos mais de 9 milhões de sofrendores nas mãos de politiquieiros, de interesseiros nacionais e estrangeiros. Temos um belo território com cerca de 282.184 km<sup>2</sup>, se juntado ao de Santa Catarina, chegaremos a 378.169 km<sup>2</sup>, com uma população estimada para o ano de 1990 em cerca de 13 milhões de pessoas habilitadas a fazer prosperar a República do PAMPA GAÚCHO. (“Manifesto do povo gaúcho” in <http://www.pampa.cjb.net>)

Outras pesquisas foram realizadas no decorrer dos anos. Em maio de 1993, o DataFolha organizou uma pesquisa de âmbito nacional para apurar a adesão ao movimento sepa-

---

5 Em 2000, os separatistas tentaram organizar um plebiscito para calcular a adesão ao movimento, mas, por motivos políticos não divulgados, o evento não aconteceu.

ratista gaúcho. Foram ouvidas 5.078 pessoas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Ceará, Pernambuco, Pará e Distrito Federal. De acordo com o DataFolha, 32% da população de Porto Alegre se dizia favorável à independência dos estados do sul do Brasil. Em Curitiba, a aceitação era de 27%. Em São Paulo, 19% se diziam favoráveis à independência dos estados do sul e 9% desejavam um país constituído somente por São Paulo. A pesquisa apurou que 18% dos cearenses eram a favor de um novo país formado pelos estados do sul do Brasil e 21% almejavam a união de Ceará e seus vizinhos para formar um novo país. O maior índice de rejeição foi encontrado em Brasília, onde 91% eram contrários à emancipação dos estados do sul.

Em resumo, os números do DataFolha revelaram que 19% da população brasileira se dizia favorável à criação da República Federal do Pampa. Para 32% dos brasileiros, os estados do sul do país seriam beneficiados com a sua emancipação e 13% acreditavam que essa emancipação seria benéfica para os demais estados que permanecessem integrados à União.

Uma outra pesquisa foi feita em 1996 pelo Instituto Bonilha de Curitiba para a revista *IstoÉ*, edição número 1235. Essa pesquisa revelou que 43,1% dos entrevistados dos estados do sul e de São Paulo, se votassem em um plebiscito sobre a separação de seus estados, diriam sim. De acordo com o instituto, 49% dos catarinenses e 47% dos gaúchos votariam pela emancipação.

O que se pode constatar com essas pesquisas é que os números apontam para uma consciência de autonomia entre os brasileiros, de modo geral, e entre os gaúchos de modo particular. No entanto, há que se ponderar que muitas das informações são transmitidas à população de forma emocional, invocando a história e os antepassados gaúchos, apresentados como heróis e proprietários legítimos daquele chão:



Queremos respirar o nosso ar puro dos pampas e das planícies, queremos sentir as brisas que cortam por entre as coxilhas gaúchas, onde estão enterrados nossos queridos antepassados, que jazem na esperança de ver esta terra bendita livre e soberana, conduzida por homens honestos, briosos, e que amem antes de tudo sua terra e sua gente. Temos que respeitar todos aqueles que tombaram com este sonho separatista, pois esta é a chama que mantém viva a data de 20 de setembro, como marco de orgulho da nação gaúcha. E estamos dispostos a também morrer por esta causa nobre e tão sonhada por cada um de nós. (idem)

Não se devem ignorar, entretanto, alguns números expressivos que apontam para uma insatisfação dos gaúchos em relação às condições do País, pois é notório que o Brasil vem passando, nos últimos anos, por crises econômicas e sociais, principalmente nos grandes centros. Os separatistas apropriam-se do sentimento de descontentamento da população em geral e o utilizam em seus discursos:

O Brasil é um país desequilibrado social e economicamente, com acentuadas agravantes que ocorrem no dia a dia. Certamente todos aqueles que divergirem dos interesses políticos, visando buscar o bem social, estão prestes a serem eliminados, a exemplo dos separatistas que nada mais buscam senão o bem social, econômico, educacional para a população oprimida, massacrada e explorada do Rio Grande do Sul. Estamos denunciando aos quatro cantos do mundo, inclusive a este órgão defensor dos elementares direitos de autodeterminação dos povos, que amanhã nosso direito de autodeterminação e a nossa liberdade de expressão estarão eliminados do caminho da máfia do poder constituído pelas oligarquias políticas do Brasil. Os dirigentes que militam e dirigem o Movimento Nacionalista Pampa, visando buscar sua Independência, jamais incitaram um processo violento ou bélico, mas de forma alguma deixaremos nos agredir. Estaremos sempre alertas contra todo e qualquer ataque do Brasil contra os dirigentes do Movimento Pampa. (carta enviada à Organização das Nações Unidas (ONU) in <http://www.pampa.cjb.net>)

Os 160 milhões de habitantes do Brasil vivem realidades extremamente distintas de Norte a Sul do País. O desemprego galopante e assustador; a falta de investimento na área social, a falta de uma política séria voltada à manutenção social; a forma selvagem como vem se destruindo a agricultura brasileira, reprimindo e prendendo pessoas que buscam uma forma de contribuir ao crescimento na produção de grãos; a invasão do Brasil em outros territórios, impondo regras perversas a Estados e até mesmo a Países pequenos, é uma demonstração clara de desrespeito, prepotência e de inviabilidade de qualquer projeto político, social e econômico. Esta vertente de despotismo e de agressão vem se acentuando e agravando desde o tempo do Império. Basta a tudo isto!!! (idem)

Os separatistas fazem uso da simbologia com o propósito de fortalecer seus ideais, remetendo sempre a grandes personagens da história gaúcha. Divulgaram em sua página na internet o desenho do mapa geopolítico estabelecido a partir da emancipação dos estados do sul do Brasil. Também criaram uma bandeira para o novo país, descrita na carta que os separatistas enviaram à ONU:

O nome “PAMPA” vem ao encontro da característica geográfica na proposição geo-política do novo País. O globo da Bandeira do Movimento pela Independência homenageia um círculo perfeito da humanidade no período de vida de todos os seres que ocupam lugar em algum espaço. A referência das vias cruzadas tem como fato acolhedor a todos os caminhos convergentes e divergentes ao centro do novo País que inicia sempre um renovador ciclo de vida. A cor azul representa o novo início. Como um corpo celestial novo, cheio de vida nova. A cor vermelha vem enaltecer e contemplar a bravura e determinação de seus idealizadores e um grande número de simpatizantes, de um povo que luta pela conquista de seus ideais. Ideais balizados ao da Independência do novo País. O próprio Brasil, por questões econômicas, e em defesa de sua célula máter, se desmembrou de Portugal. Os mesmos direitos cabem hoje aos

filhos da outra parte da extinta província Cisplatina. Aliás, que nunca pertenceu ao Brasil por direito internacional avalizado pelo processo do “Uti Possidetis”. (idem)



A criação de uma bandeira para representar a República Federal do Pampa, segundo seus idealizadores, está ligada à necessidade de amparo dessa nova nação. Os filhos dessa nova pátria precisariam se sentir acolhidos e representados, e a bandeira é o recurso visual mais eficiente na situação.

A seguir, apresentam-se os mapas geopolíticos da América do Sul e da República Federal do Pampa, segundo os separatistas, propostos a partir da emancipação do sul do Brasil.

### AMÉRICA DO SUL (SOUTH AMERICA)





Em entrevista reproduzida pela *Folha de S. Paulo*, em 12 de julho de 1993, o sociólogo Edgar Morin, estudioso do tema nacionalismo, fez algumas considerações sobre a questão separatista que podem auxiliar na compreensão desse fenômeno no sul do Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul.

Para Morin, o processo de revitalização pelo qual passa atualmente a dimensão da nacionalidade faz parte de um retorno às origens que abrange o mundo todo: “[...] quando o futuro está perdido, podemos nos concentrar no presente. Quando o presente está enfermo, refugiamos-nos no passado e revalorizamos as raízes étnicas, nacionais, religiosas”. O retorno às origens parece ser inevitável para Morin, e o nacionalismo é uma expressão desse retorno. A solução proposta pelo sociólogo, para que a busca pela emancipação não tenha um resultado catastrófico – como se pode observar em outros movimentos separatistas espalhados pelo mundo, a exemplo da Iugoslávia, onde a situação retrata uma guerra –, é operar um retorno para a origem, de modo mais amplo, mais profundo. Além do sentimento de nacionalidade ou territorialidade observado entre os separatistas, deve-se buscar atingir a ideia de “Terra-Pátria”:

Aquém dos nossos ancestrais culturais, temos ancestrais primordiais nas próprias origens da humanidade [...]. Participamos da mesma identidade terrena, da mesma identidade humana. Assim o retorno às origens em profundidade faz de nós irmãos em humanidade. Ao mesmo tempo a consciência da nossa era planetária nos torna cidadãos do mundo, que poderíamos e deveríamos estar conscientes do nosso destino comum. Minha idéia, em suma, é não opor o desenraizamento ao enraizamento. É promover o grande reenraizamento na Terra-Pátria. (Edgar Morin. *Folha de S.Paulo*, 12.7.1993)

Nesse sentido, há que se recorrer às afirmações de Lévi-Strauss, já de muito conhecidas: “a humanidade está constantemente às voltas com dois processos contraditórios, um dos quais tende a instaurar a unificação, enquanto o outro visa a manter ou restabelecer a diversificação” (cf. Lévi-Strauss et al., 1970, p.268). O autor esclarece que as diferenças não deveriam ser entendidas como algo excludente e exclusivo, mas como experiências sociológicas diversas da nossa, mesmo que o devir histórico tenha se incumbido de realizar a osmose cultural, e isso porque nós e eles pertencemos agora a uma mesma história, regida pelo caráter unidimensional da técnica e do progresso.

Para Lévi-Strauss (1980, p.97):

A necessidade de preservar a diversidade das culturas num mundo ameaçado pela monotonia não escapou certamente às instituições internacionais. Elas compreendem também que não será suficiente, para atingir esse fim, animar as tradições locais e conceder uma trégua aos tempos passados. É a diversidade que deve ser salva, não o conteúdo histórico que cada época lhe deu e que nenhuma poderia perpetuar para além de si mesma. É necessário, pois, encorajar as potencialidades secretas, despertar todas as vocações para a vida em comum que a história tem de reserva; é necessário também estar pronto para encarar sem surpresa, sem repugnância e sem revolta o que estas novas formas sociais de expressão poderão oferecer

de desusado. A tolerância não é uma posição contemplativa dispensando indulgências ao que foi e ao que é. É uma atitude dinâmica, que consiste em prever, em compreender e em promover o que quer ser. A diversidade das culturas humanas está atrás de nós, à nossa volta e à nossa frente.

As culturas não diferem entre si do mesmo modo, nem no mesmo plano. A diversidade, portanto, é fundamental.